



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

**IMOBILIDADE SOCIAL NO CAMPO: POR QUE OS
CASEIROS CONTINUAM SENDO CASEIROS**

Antonio Otavio Silva de Oliveira

Matrícula 200047477

PLANALTINA – DF

2024

ANTONIO OTAVIO SILVA DE OLIVEIRA

**IMOBILIDADE SOCIAL NO CAMPO: POR QUE OS
CASEIROS CONTINUAM SENDO CASEIROS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo, à Banca Examinadora da Universidade de Brasília.

Prof. Dr. Luis Antonio Pasquetti - Orientador

PLANALTINA-DF

2024

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus avós e familiares e também aos meus colegas e companheiros de curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar sabedoria e condições para conseguir concluir a minha graduação

Agradeço aos meus avós por me ajudarem durante todo o período em que cursei a minha graduação.

Agradeço aos professores do curso de licenciatura em educação do campo, principalmente aqueles que me acolheram em projetos.

Agradeço em específico ao meu orientador Pasquetti por me auxiliar na produção do trabalho de conclusão, ainda com as adversidades encontradas pelo caminho.

Agradeço aos meus amigos de curso, que em todos os momentos se fizeram presente, motivando o meu progresso e contribuindo para minha formação, como aluno e ser humano.

RESUMO

A imobilidade social é uma questão que atravessa séculos e se perpetua no Brasil devido a desigualdades históricas e estruturais. Este trabalho analisa como fatores como a falta de acesso à educação no campo e políticas públicas adequadas dificultam a mobilidade social no meio rural, utilizando a profissão de caseiro como estudo de caso. Aborda também a relevância da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e outras iniciativas educacionais voltadas para o campo como ferramentas fundamentais para promover a ascensão social. Relatos de superação, como os de Elizana Monteiro e Wanderleia dos Santos Rosa, ilustram como a formação superior pode transformar vidas. Além disso, apresenta a trajetória de Edmilson, um trabalhador rural que reflete os desafios enfrentados no Núcleo Rural Santos Dumont, destacando a necessidade de políticas que ampliem o acesso à terra, transporte e educação no campo. Conclui-se que, apesar das limitações estruturais, a educação no campo e investimentos em infraestrutura são essenciais para reduzir desigualdades e fomentar uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Imobilidade social. Educação no Campo. Desigualdade social.

ABSTRACT

Social immobility is an enduring issue, deeply rooted in Brazil's historical and structural inequalities. This study examines how the lack of access to rural education and adequate public policies hinders social mobility in rural areas, focusing on the profession of caretaker as a case study. It also highlights the importance of the Bachelor's Degree in Rural Education (LEDOC) and other educational initiatives aimed at rural areas as fundamental tools for promoting social advancement. Stories of resilience, such as those of Elizana Monteiro and Wanderleia dos Santos Rosa, demonstrate how higher education can transform lives. Furthermore, it discusses the journey of Edmilson, a rural worker whose experiences reflect the challenges in the Santos Dumont Rural Nucleus, emphasizing the need for policies to improve access to land, transportation, and rural education. The study concludes that, despite structural limitations, rural education and infrastructure investments are crucial to reducing inequalities and fostering a fairer society.

Keywords: Social immobility. Rural Education. Social inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Histórico dos Modos de Produção

Figura 2 - Estrutura Social da Sociedade Romana

Figura 3 - Estrutura Social no Egito Antigo

Figura 4 - Estrutura Social na Grécia Antiga

Figura 5 - Estrutura social na Sociedade Feudal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
MEMORIAL.....	10
CAPÍTULO I.....	13
1- A IMOBILIDADE SOCIAL NOS MODOS DE PRODUÇÃO: ERA POSSÍVEL SAIR DA PIRÂMIDE SOCIAL?.....	13
1.1 - ESTRUTURA SOCIAL DA SOCIEDADE ROMANA.....	14
1.2 - ESTRUTURA SOCIAL DA SOCIEDADE EGÍPCIA.....	15
1.3 - ESTRUTURA SOCIAL NA GRÉCIA ANTIGA.....	15
1.4 - ESTRUTURA SOCIAL NA SOCIEDADE FEUDAL.....	16
1.5- A IMOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL ATUALMENTE.....	17
CAPÍTULO II.....	20
2- EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SUPERAÇÃO DA IMOBILIDADE SOCIAL.....	20
2.1 - NO DISTRITO FEDERAL SÓ TEM BRASÍLIA?.....	22
CAPÍTULO III.....	26
3- A TRAJETÓRIA DE UM TRABALHADOR RURAL DO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMMONT.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo pela Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília. Tem como tema central Imobilidade Social: Por que os caseiros continuam sendo caseiros?, e tem como objetivo identificar, nas diferentes sociedades que nos antecederam e na atualidade, os fatores que perpetuam a imobilidade social, com um estudo de caso específico para compreender a questão de por que os caseiros continuam sendo caseiros.

O trabalho foi desenvolvido com base em três abordagens de pesquisa: a pesquisa teórica, que foi utilizada para identificar conceitos como mobilidade e imobilidade social, os modos de produção e as pirâmides sociais; a pesquisa documental, com o levantamento de informações a partir das tabelas e gráficos apresentados; e a pesquisa de história de vida, que se reflete na entrevista realizada com E. A. S., em 24/11/2024, que ilustra como a imobilidade social está presente em sua história de vida. Está organizado em quatro partes. No capítulo "A Imobilidade Social nos Modos de Produção: Era possível sair da Pirâmide Social?", analisamos como as diferentes formas de organização social ao longo da história – desde os modos comunal, escravista e feudal – construíram estruturas que dificultam a mobilidade social. O capítulo seguinte, "A Imobilidade Social no Brasil Atualmente", aborda os desafios enfrentados em nosso país, considerando dados contemporâneos que ilustram as barreiras estruturais que impedem a ascensão social de indivíduos e grupos. Já no capítulo "Educação do Campo Como Política Pública de Superação da Imobilidade Social", exploramos como políticas públicas educacionais podem ser ferramentas transformadoras para quebrar o ciclo de desigualdade, apresentando casos de sucesso que reforçam essa perspectiva. No quarto capítulo, apresentamos a entrevista realizada no dia 24/11/2024 com E. A. S., mostrando o quanto a imobilidade social está presente em sua história de vida. Além disso, discutimos questões relacionadas ao Núcleo Rural Santos Dumont, destacando as dificuldades vivenciadas pela comunidade e a importância de entender o impacto dessas barreiras no contexto local.

MEMORIAL

Me chamo Antonio Otávio, tenho 23 anos e sou morador do Núcleo Rural Santos Dummont de Planaltina DF, comunidade onde a maior parte das propriedades tem como base a agricultura familiar, o meu interesse pelo tema de imobilidade social se deu através de uma situação que presenciei por volta dos meus 18 anos, na comunidade onde moro desde 2011. Por se tratar de uma região na qual as chácaras tem uma produção comercial, muitos proprietários contratam caseiros¹, sendo assim, eu fiz amizade com alguns filhos desses caseiros e pude observar que na maioria dos casos, os filhos de caseiros continuavam na mesma profissão.

Um desses meus amigos, conheci em 2015, na igreja, durante a catequese e posteriormente a crisma, como não morávamos tão próximos perdemos o contato e quando fiz 18 anos encontrei esse amigo novamente, no entanto, foi numa situação que me fez refletir sobre as condições que a vida nos coloca, o nosso reencontro, aconteceu após uma chuva forte que derrubou árvores no caminho para a chácara onde moro, eu estava voltando de carro e me deparei com uma dessas árvores caídas no caminho, ao descer do carro, fui caminhando buscar uma ferramenta para retirar a árvore, me deparei com o amigo que conheci na época de crisma já fazendo a retirada da árvore, quando questionei, ele me explicou a situação, estava trabalhando para o meu vizinho como caseiro e eu lembrei que o pai dele também era caseiro e a partir desse dia eu passei a reparar que, nessa profissão, era comum essa Imobilidade Social.

Devido ao fato da região onde moro se localizar distante da capital do Distrito Federal, podemos encontrar alguns fatores que contribuem para que a mobilidade social dos caseiros da região permaneça estagnada, um dos fatores importantes a se considerar, é a dificuldade de acesso a outras oportunidades de trabalho, que não sejam dentro da zona rural. Devido ao fato da zona rural não ser asfaltada, a dificuldade de transporte para a capital do Distrito Federal é uma realidade encontrada pelos moradores. Não há ônibus ou qualquer forma de

¹ Trabalhadores rurais contratados para cuidar de propriedades rurais, realizando tarefas como: limpeza, jardinagem, manutenção e cuidado com animais.

transporte que passe pelas vias principais do Núcleo Rural Santos Dummont, portanto, como uma pessoa que não tem facilidade de acesso a transporte pode sair do ambiente em busca de outras alternativas? Além disso, um problema que também precisa ser discutido é o trabalho infantil.

É comum vermos na região pais que necessitam da ajuda de seus filhos para que consigam realizar o trabalho dentro das propriedades, portanto, os jovens que iniciam esse trabalho passam a ter experiência e facilidade com os afazeres de um caseiro desde cedo. Sendo mais um motivo pelo qual, muitos seguem o mesmo trabalho que seus pais. Portanto, isso passa a ser um problema, pois, a partir desse momento as oportunidades de estudo e outras carreiras que podem proporcionar uma melhor qualidade de vida são deixadas de lado. Outra problemática desse assunto, é o fato de que, mesmo com conhecimento sobre a terra, animais e os meios de produção, um caseiro não tem uma propriedade. Geralmente, os proprietários da região permitem que haja uma criação e uma plantação por parte dos caseiros, no entanto, é necessário muitas vezes que essas plantações e criações também rendam para o patrão alguma porcentagem.

As famílias dos caseiros geralmente se mudam para a fazenda para que haja uma maior facilidade para os proprietários, normalmente, as mulheres dos caseiros trabalham como trabalhadoras domésticas em outras propriedades, ou até mesmo na propriedade em que o marido trabalha e mora. Portanto, há um comodismo por parte dos patrões, com o caseiro morando no trabalho, não há a necessidade de pagar benefícios para transporte, apesar de que, esse também é um problema do governo da região, visto que, não há transporte público até as chácaras.

Assim que ingressei na LEDOC em 2020, pude perceber, através do contato com os movimentos sociais e observando as lutas dos camponeses, a dificuldade que esses grupos enfrentam no que diz respeito a qualidade de vida.

Com o apoio dos movimentos sociais e a luta coletiva, muitos desses trabalhadores rurais atualmente possuem direitos assegurados pela lei. A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, conhecida como a Lei dos Trabalhadores Rurais, regulamenta os direitos trabalhistas dos empregados rurais, garantindo condições de

trabalho e remuneração dignas. Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, assegura aos trabalhadores rurais direitos fundamentais, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, o pagamento de horas extras e o direito a férias e 13º salário. No entanto, a luta ainda é necessária e precisamos exigir das entidades competentes que haja qualidade de vida para aqueles que habitam em zonas rurais

Compreendendo a necessidade de lutarmos por condições melhores de vida para os trabalhadores rurais e os camponeses, decidi então, ajudar da maneira que posso, portanto, comecei a observar os problemas que eu podia colocar em pauta, dentro da minha comunidade.

Graças ao meu Ensino Superior, pude perceber que há um motivo por trás da Imobilidade Social que afeta, principalmente, os caseiros da comunidade em que eu resido e tento explicar através deste trabalho de pesquisa.

Isso ocorre, pois, ao me inserir na LEDOC, tive acesso a “ferramentas” que me possibilitam lutar contra um sistema que marginaliza camponeses e trabalhadores rurais, além de ignorá-los.

CAPÍTULO I

1- A IMOBILIDADE SOCIAL NOS MODOS DE PRODUÇÃO: ERA POSSÍVEL SAIR DA PIRÂMIDE SOCIAL?

A imobilidade social é um fenômeno presente ao longo da história, caracterizado pela dificuldade de indivíduos ou grupos de ascenderem a classes sociais superiores. Para compreendermos melhor como a imobilidade social funciona na atualidade, é necessário entender como as classes sociais eram estruturadas na antiguidade, nos diferentes modos de produção, e as barreiras enfrentadas pelos grupos sociais para romperem as limitações impostas por essas estruturas. Essas barreiras dificultavam a ascensão social, fazendo com que grande parte da população permanecesse nas classes em que nasceu, sem possibilidade real de mobilidade social.

Segundo PASQUETTI (2023)

“No Modo de Produção Comunal: a sociedade se funda sob os princípios da comum unidade – a comunidade – as terras, as moradias, a alimentação, seguiam o princípio da sobrevivência e da solidariedade “dar a todos e a cada um segundo suas necessidades”. Nos espaços de vida, construíram, a partir da materialidade e dos conhecimentos empíricos, os agrupamentos humanos, período que consideramos do surgimento dos homínidos - a cerca de 500.000 anos atrás – até o período da escrita.”

Figura 1



Fonte: PASQUETTI 2018

Portanto, o modo de produção comunal, consistia em uma comunidade em que o ser humano compartilhava os saberes e aquilo que era necessário para sua sobrevivência, sem a incessante busca de acumular igual é feito atualmente no modo de produção capitalista.

“Com o surgimento da Escrita, um novo Modo de Produção é construído denominado de escravista. Os povos da antiguidade clássica representam bem este período histórico— Os Gregos, Os Romanos, Os Egípcios – porque devolveram importantes contribuições para a humanidade. Porém em suas relações de trabalho predominou a escravidão. Eram escravizados todos/as os perdedores/as de enfrentamentos, disputas, lutas que ocorriam entre diferentes segmentos destas populações.”

A partir do modo de produção escravista, começam a surgir ao redor do mundo e durante diferentes períodos históricos as pirâmides sociais, que determinavam as classes sociais que cada ser humano era determinado a ficar, conforme a família em que nascia, precisamos entender os diferentes tipos de sociedades e as formas como eram estabelecidas tais pirâmides sociais

1.1 - ESTRUTURA SOCIAL DA SOCIEDADE ROMANA

Figura 2 Estrutura Social da Sociedade Romana



Fonte: Disponível em:

https://www.google.com/search?sca_esv=567032013&hl=ptBR&sxsrf=AM9HkKmeAMyQOf9UGqucfqwBuO3aG1OrYq:1695242689470&q=sociedade+romana+figura&tbm=isch&source=nms&sa=X&ved=2ahUKEwilkMGSh7qBAxVcILkGHd0QBKYQ0pQJegQIDBAB&biw=1366&bih=643&dpr=1#imgrc=C1ytGlafDgn_0M Acesso em 25/11/2024.

1.2 - ESTRUTURA SOCIAL DA SOCIEDADE EGÍPCIA

Figura 3 Estrutura Social no Egito Antigo

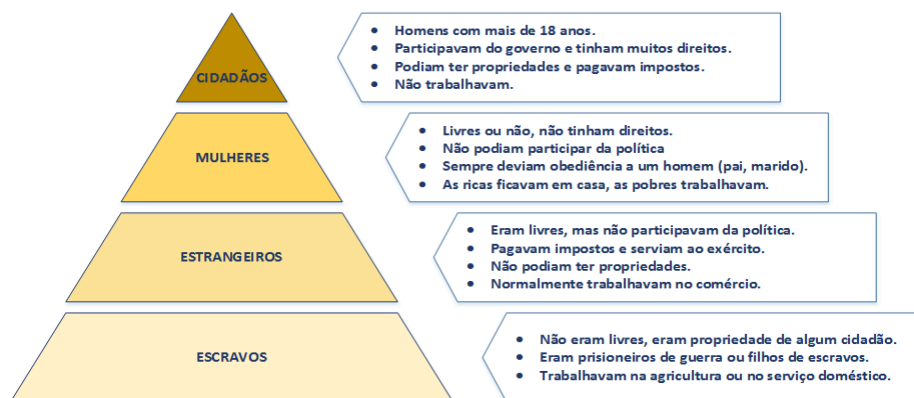


FONTE:Disponível em

https://www.google.com/search?q=sociedade+egito+antigo&tbm=isch&ved=2ahUKEwiN6a2Th7qBAXVID7kGHRTMAx4Q2cCegQIABAA&og=sociedade+egito&gs_lcp=CgNpbWcQARgAMgUIABCABDIFCAAQgAQyBAGAEb4yBggAEAUQHjIGCAAQBRAeMqYIABAIEB4yBggAEAgQHjIGCAAQCBAeMgclABAYEIAEoQgQlIxAnOggIABCABBCxA1CGFFI9KGD_PmqAcAB4AIAbAGIAZYHkgEDMC43mAEAoAEBggELZ3dzLXdpei1pbWfAAQE&scient=img&ei=w1kLZY38DuWe5OUPJiP8AE&bih=643&biw=1366&hl=pt-BR#imgcr=wGTywd_5ASTteM. Acesso em 25/11/2024.

1.3 - ESTRUTURA SOCIAL NA GRÉCIA ANTIGA

Figura 4 Estrutura Social na Grécia Antiga



Fonte: Disponível em

https://www.google.com/search?sca_esv=2fbbe89798343657&hl=pt-BR&sxsrf=ADLYWIKNKSmqlv3tHscuCgXgltW7pJD7Nw:1732585128293&q=pir%C3%A2mide+social+sociedade+grecia+antiga&uds=ADvngMjch0KdF7qGWtwTBrP0nt7dyp0_wBvX-YoSNW2V1Nt5CivMmEf-iR6_LQ8AbNs-KZNYyQ_3Bl-r4UCEwO1-ANP7aqwvKtoVGjv9LlkmTb5uc0oMLLmksur3yyveWv0otsGbzxA6RS_grCn3IKr-WQTY7YhKCv4l3kf6yCOImEYKhtrhTelddYVhf5ylq06nlVFmuQ&udm=2&sa=X&ved=2ahUKEwiHxPXl7viJAxVqGbkGHaeMFeIQxKsJegQIDRAB&ictx=0&biw=1366&bih=607&dpr=1. Acesso em :25/11/2024.

As pirâmides sociais mostram que ao decorrer da história da humanidade, a sociedade era sempre dividida em diferentes classes sociais, mesmo em diferentes

sociedades, sempre havia aqueles que nunca conseguiam ascender de suas classes sociais, independente do quanto se esforçasse durante sua vida.

As pirâmides sociais nos mostram que tal estrutura, mesmo de maneira menos explícita, ainda está presente nos dias de hoje, a diferença é a forma como há a dominação das classes sociais que se encontram na base da pirâmide.

As classes sociais que se encontram na base da pirâmide atualmente, são em geral os pobres da classe trabalhadora, além disso, há uma maior concentração de riquezas dentre aqueles que estão no topo da pirâmide. Porém ainda há, mesmo que com todas as dificuldades impostas pelo sistema capitalista, maneiras de superar a classe social em que se encontra.

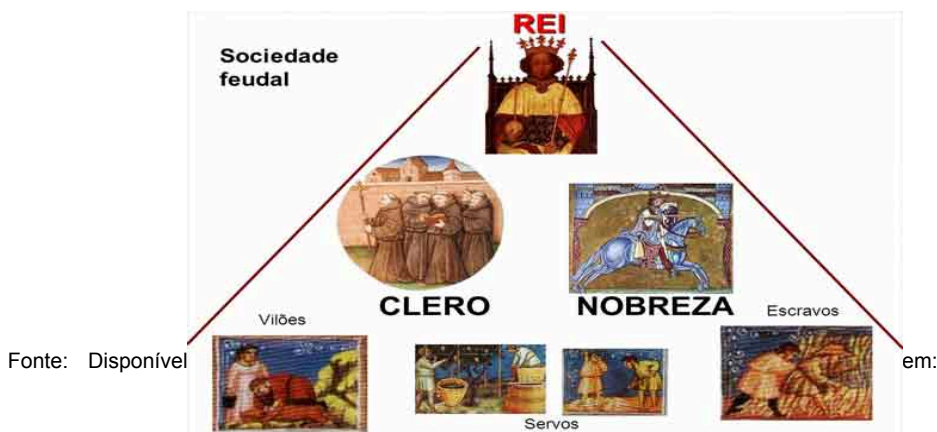
É ingenuidade pensarmos que não havia resistência daqueles que estavam na base da pirâmide, portanto, podemos perceber que no decorrer da história, foram havendo mudanças, através de luta e resistência das classes oprimidas.

Ainda que problemático, o sistema feudal indica tal mudança:

“O Modo de Produção Feudal, é construído após um longo período de lutas que interrompe, pelas lutas populares, a sociedade escravista. Durante dez séculos – mil anos – uma sociedade estamental foi dominante, onde os servos – aqueles serviam aos senhores feudais – e os vilões – moradores das vilas, estavam subordinados a inúmeras obrigações, era praticamente impossível ter qualquer mobilidade social. Era comandada pelo Clero e a Nobreza”

1.4 - ESTRUTURA SOCIAL NA SOCIEDADE FEUDAL

Figura 5 Estrutura social na Sociedade Feudal



https://www.google.com/search?q=estrutura+social+na+sociedade+feudal&sca_esv=2fbbe89798343657&hl=pt-BR&udm=2&biw=1366&bih=607&sxsrf=ADLYWIKh1hh4NxeDAFBL0ByBGickGi9p4w%3A1732585153725&ei=wSZFZ4v4K7XE5OUPk8zQqAQ&ved=0ahUKEwjl_3IXV7viJAxU1IrkGHRMmFEUQ4dUDCBA&uact=5&oq=estrutura+social+na+sociedade+feudal&gs_l=EpNpbWciJGVzdHJ1dHVyYSBzb2NpYWwgbmEgc29jaWVkyWRIIGZldWRhbEjnbFC8FFi9aHABeACQAQCYAdECoAHILKoBCDAuMzQuMS4xuAEDyAEA-AEBmAIYoALjlsICBBAjGcfCAhAQABiABBixAxiDARiKBRgKwglFEAAyqATCAgsQABiABBixAxiDAclCCBAAGIAEGLDwglKEAAYgAQYQxiKBclCDRAAGIAEGLDGEYigXCAgQQABgewglGEAAyBRgemAMAIAYBkqclMC4xOS4zLjKgB_6HAQ&scient=img Acesso em 25/11/2024

A partir desses trechos, podemos compreender melhor como as classes sociais se formaram, e o motivo pelos quais a Mobilidade Social se tornou um tema de estudo necessário. Além disso, é importante discutirmos sobre o tema para que possamos encontrar maneiras de fazer com que a pirâmide se equalize, de forma que, todos possam sair de condições precárias de vida.

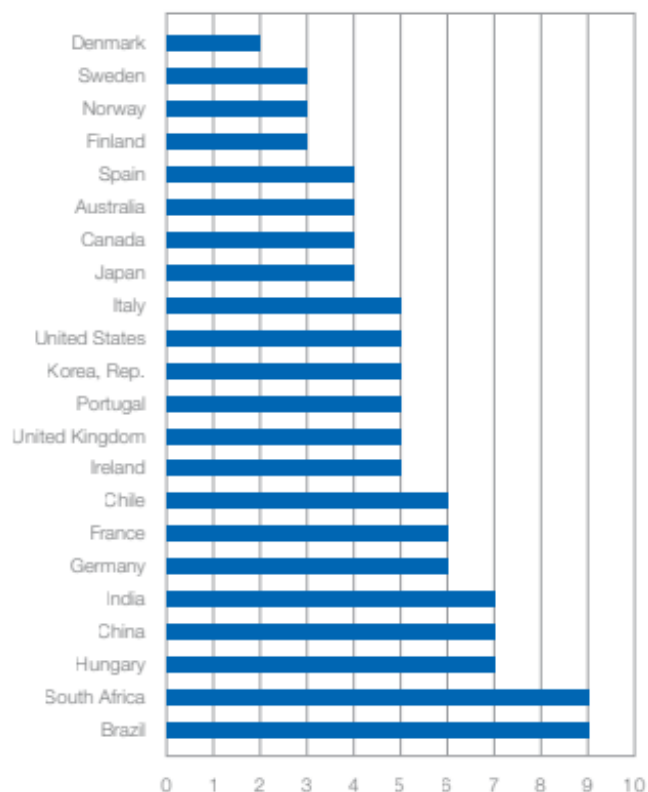
A transição entre as sociedades escravagistas para o modo de produção feudal, é um indício de que pode haver, através de lutas, uma melhoria de condição para as classes sociais que se encontram na base da pirâmide.

1.5- A IMOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL ATUALMENTE

De acordo com o Relatório Global de Mobilidade Social de 2020 do Fórum Econômico Mundial:

“O conceito de mobilidade social é amplo. Pode ser entendido em termos relativos ou absolutos entre gerações. Pode ser medido em referência a uma ampla gama de resultados - como saúde ou desempenho educacional além dos níveis de renda. A mobilidade social também pode ser entendida como um movimento “ascendente” e “para baixo”, em que as pessoas vêm as suas circunstâncias tornar-se melhor ou pior do que a de seus pais.”

Mesmo através das lutas, a estrutura das pirâmides não se alteraram, e é possível encontrarmos, até hoje, a dificuldade que a maioria dos países enfrentam para superar a imobilidade social, um desses países é o Brasil, de acordo com o Relatório Global de Mobilidade Social de 2020 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil demora cerca de 9 gerações para que aqueles nascidos em uma família de baixa renda se aproximem da renda média.”



Fonte: **The Global Social Mobility Report. 2020**

Ao extrapolar os níveis de mobilidade social existentes, pode-se avaliar tanto a velocidade (quanto tempo leva para que indivíduos no fundo da escala alcancem aqueles no topo) quanto a intensidade (quantos passos são necessários para que um indivíduo suba na escada em um período dado) da mobilidade social. Como ilustrado na Tabela 1, o número de gerações necessárias para que uma família de baixa renda alcance a renda média difere significativamente em diferentes países. Por exemplo, assumindo níveis constantes de mobilidade social relativa nesses países, levaria seis gerações para atingir a renda média na França, em comparação com apenas duas na Dinamarca ou três na Suécia, Finlândia e Noruega. Na África do Sul ou no Brasil, o número de gerações necessárias para atingir a renda média sobe para nove gerações. Através das economias, as crianças nascidas em famílias menos abastadas tendem a enfrentar maiores obstáculos para o sucesso do que aquelas nascidas em famílias mais abastadas. Essas desigualdades de oportunidade podem se enraizar e promover desigualdades econômicas de longo prazo, bem como divisões econômicas e sociais profundas.

Portanto, o Brasil, se encontra atualmente em um estado de Imobilidade social, segundo o Relatório Global de Mobilidade Social de 2020 do Fórum Econômico Mundial, o ranking mostra o Brasil como 60 (sexagésimo) país em que a sociedade consegue transitar entre as classes sociais:

Rank	Country	Score	Rank	Country	Score
1	Denmark	85.2	42	Romania	63.1
2	Norway	83.6	43	Malaysia	62.0
3	Finland	83.6	44	Costa Rica	61.6
4	Sweden	83.5	45	China	61.5
5	Iceland	82.7	46	Ukraine	61.2
6	Netherlands	82.4	47	Chile	60.3
7	Switzerland	82.1	48	Greece	59.8
8	Belgium	80.1	49	Moldova	59.6
9	Austria	80.1	50	Viet Nam	57.8
10	Luxembourg	79.8	51	Argentina	57.3
11	Germany	78.8	52	Saudi Arabia	57.1
12	France	76.7	53	Georgia	55.6
13	Slovenia	76.4	54	Albania	55.6
14	Canada	76.1	55	Thailand	55.4
15	Japan	76.1	57	Armenia	53.9
16	Australia	75.1	56	Ecuador	53.9
17	Malta	75.0	58	Mexico	52.6
18	Ireland	75.0	59	Sri Lanka	52.3
19	Czech Republic	74.7	60	Brazil	52.1
20	Singapore	74.6	61	Philippines	51.7
21	United Kingdom	74.4	62	Tunisia	51.7
22	New Zealand	74.3	63	Panama	51.4
23	Estonia	73.5	64	Turkey	51.3
24	Portugal	72.0	65	Colombia	50.3
25	Korea, Rep.	71.4	66	Peru	49.9
26	Lithuania	70.5	67	Indonesia	49.3
27	United States	70.4	68	El Salvador	47.4
28	Spain	70.0	69	Paraguay	46.8
29	Cyprus	69.4	70	Ghana	45.5
30	Poland	69.1	71	Egypt	44.8
31	Latvia	69.0	72	Lao PDR	43.8
32	Slovak Republic	68.5	74	Morocco	43.7
33	Israel	68.1	73	Honduras	43.5
34	Italy	67.4	75	Guatemala	43.5
35	Uruguay	67.1	76	India	42.7
36	Croatia	66.7	77	South Africa	41.4
37	Hungary	65.8	78	Bangladesh	40.2
38	Kazakhstan	64.8	79	Pakistan	36.7
39	Russian Federation	64.7	81	Cameroon	36.0
40	Bulgaria	63.8	80	Senegal	36.0
41	Serbia	63.8	82	Côte d'Ivoire	34.5

Fonte: **The Global Social Mobility Report. 2020**

CAPÍTULO II

2.0- EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SUPERAÇÃO DA IMOBILIDADE SOCIAL

É necessário entendermos como as políticas públicas, principalmente na área da educação, são ferramentas que podem ajudar a população para que a Imobilidade Social seja superada, Pasquetti (2023), relata em seu artigo algumas histórias de superação, pessoas que se encontravam em situação semelhante aos caseiros da comunidade em que moro, provando a importância de um ensino superior que busca atender as demandas daqueles que residem no campo.

A história da Doutora Elizana Monteiro é uma dessas:

“A minha trajetória de vida inicia-se no campo. Nasci em 1980, em uma chácara no município de Cabeceiras de Goiás – GO, divisa com Minas Gerais. Nasci em domicílio, minha mãe estava sozinha e fez todos os procedimentos do parto em casa. Vivemos o tempo todo trabalhando em fazendas nas regiões de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. Vivemos um período na cidade por falta de serviço no meio rural, logo voltamos para o campo e a última fazenda em que trabalhamos como assalariados rurais foi em Santa Maria – DF, em 1994, onde produzíamos hortaliças, verduras, frutas, frango e ovos, para vender nas feiras das cidades próximas. Eu tinha 18 anos de idade. No princípio era o que almejávamos, depois de trabalhar a vida toda em fazendas como assalariados rurais, meeiros e boias frias.” (SANTOS, E.M. Dissertação de Mestrado. FE. UnB. 2017. p.14)

Portanto, a história de vida da Dr. Elizana nos mostra uma situação comum entre trabalhadores rurais, a necessidade de se deslocar da zona rural até uma cidade para buscar oportunidades de trabalho, almejando uma vida melhor, no entanto, são poucas as possibilidades encontradas por aqueles que tomam essa decisão.

“No ano de 2008 prestei o vestibular para o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LedoC). Fui aprovada e iniciei o curso em novembro do mesmo ano aos estudos, família e militância, tive que me ausentar do assentamento até a revogação das prisões, com minhas duas filhas na época uma com 4 anos e outra com 8 meses. Durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo, realizei minhas tarefas acadêmicas e a minha atuação deu-se de maneira mais direta na Escola do Campo, ao me inserir na luta pela Escola Municipal Terezinha Rezende, no município de Unai/MG, que atende os estudantes da região onde sou assentada. Essa Escola, até o ano de 2004, era multisseriada e atendia aos estudantes de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental e tinha apenas duas salas de aula e funcionava em uma estrutura precária. Neste período, organizamo-nos para

lutar pela sua reforma e ampliação e contra o seu fechamento. Em 2005 inauguraram a ampliação da escola e ampliaram o atendimento da educação infantil e dos anos finais do ensino fundamental. Conseguimos, com essa luta, unir as comunidades em prol de uma discussão para melhoria da participação das comunidades na escola. Por meio do exposto anteriormente, procurei desenhar o cenário no qual irei atuar enquanto educadora. Não basta ser professor, é preciso dimensionar nossa atuação enquanto sujeitos políticos, que observam a sociedade como um todo, em suas múltiplas relações e determinações. Minha formação na Licenciatura em Educação do Campo é forjada em meio a todas as contradições que cercam minha existência, como foi relatado. Algumas delas tão indignantes que não podem ser enfrentadas de forma individual. Precisam de firmeza e determinação coletiva. Na LEdoC, nossa formação buscou abordar a realidade da educação como um todo, para que a inserção ultrapasse o âmbito da sala de aula e da escola. Concluí o curso em março de 2013. Fui-me dedicar à família, ao lote e ao assentamento.” (SANTOS, E.M. Dissertação de Mestrado. FE. UnB. 2017. p.16)

Um dos maiores motivos para a emancipação da Dr. Elizana, foi portanto, a inserção nos movimentos sociais, a partir desse primeiro movimento, foi possível iniciar uma trajetória diferente em sua vida.

Além da emancipação através do movimento social, podemos perceber que devido a inserção de Elizana na LEDOC, foi possível mudar, não somente a própria realidade e história de vida, assim como, a realidade e história de vida daqueles que residem em suas comunidades, dessa forma, podemos concluir a importância de um ensino superior que visa a formação de educadores de comunidades rurais.

Outra história de superação é a da Doutoranda Wanderleia dos Santos Rosa, em sua qualificação de mestrado podemos ver um pouco das dificuldades enfrentadas por Wanderleia:

Com muito esforço e sacrifício familiar fui mandada estudar fora da comunidade, fui morar com meu padrinho, Sr. José, na comunidade Ribeirão Teresina Goiás, onde terminei a primeira fase do Ensino Fundamental. Depois segui para Brasília, onde consegui concluir a segunda fase do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Depois de uma árdua trajetória, hoje sou orgulho da minha família e me orgulho de onde cheguei. Professora efetiva e atualmente Secretária Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino de Cavalcante-GO. Vivencio naquelas terras devolutas a luta contínua pela permanência no território, pelos direitos básicos de ir e vir e, principalmente pela melhoria, à educação escolar, que até hoje representa um grande desafio. (ROSA, W.S. Qualificação de Mestrado. PPG. UnB. 2022.p.7)

As trajetórias de vida daqueles que moram no campo são sempre marcadas pela necessidade de sair de suas comunidades para que consigam uma educação de melhor qualidade. No entanto, Wanderleia superou esse obstáculo: a educação se tornou o eixo principal para sua mobilidade social. Ao acessar a educação de qualidade, ela rompeu as barreiras impostas pelas condições socioeconômicas de sua origem e conseguiu alcançar novos horizontes. Esse acesso à educação no campo, portanto, é fundamental para possibilitar uma chance real de ascensão e transformação de vida.

Conclui o curso de formação para professores e com a perspectiva de continuar morando no local e atuando na profissão, em 2008 fiz o concurso para professora, realizado pela Prefeitura Municipal de Cavalcante – GO. Passei no concurso. Agora eu era uma funcionária pública concursada, a vida parecia mais segura, e continuei lecionando na Escola Estadual Calunga I e na Municipal Jurema. Em 2009, recebi a proposta de trabalhar na cidade de Cavalcante-GO na Secretaria Municipal de Igualdade Racial, implementada no Município em 2003, fruto da luta das lideranças Kalunga. Trabalhar nesta Secretaria foi um orgulho pelo fato de ter ocupado um espaço que tão pouco era reconhecido ou valorizado pelos governos anteriores, mas foi também um grande desafio para descentralizar ideias e recursos financeiros, implementar e fortalecer políticas de igualdade de direitos, gênero e raça no município. A Secretaria de Igualdade Racial e da Mulher, em Cavalcante, funcionava para orientar e encaminhar a população, na sua maioria quilombola, que busca acessar programas que deveriam favorecer a essa população que vive ainda em situação de vulnerabilidade social. .(ROSA, W.S. Qualificação de Mestrado. PPG. UnB. 2022.p.10)

Através da educação é possível mudar a realidade das comunidades rurais no Brasil, com a formação de professores especializados e a ocupação de cargos relevantes dentro das comunidades, há uma maior facilidade para conseguirmos, através da educação superar a Imobilidade Socialmente

Esses relatos provam a importância da formação de educadores capazes de entender a realidade dos estudantes do campo.

2.1 - NO DISTRITO FEDERAL SÓ TEM BRASÍLIA?

Quando se fala do Distrito federal, é comum as pessoas pouco pensarem nas áreas rurais do DF, isso ocorre, pois, a maior parte das pessoas tem a impressão de que o DF é formado somente por Brasília, mas não, de acordo com a tabela abaixo,

podemos perceber que as outras Regiões Administrativas somadas tem uma população muito maior do que a população de Brasília.

De acordo com o censo de 2022 do IBGE, o Distrito Federal, conta com 2.817.068 pessoas, com uma área total de 5.760,784 km² tendo 590,22 km² de área urbanizada. Dentro desses habitantes, 88.475 habitam a área rural do Distrito Federal, e Planaltina sendo a segunda região administrativa que possui o maior número de habitantes em áreas rurais, ficando atrás somente de Brazlândia.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS - DF (1)		Área (km ²) (2)	População (habitantes)			Densidade Demográfica (hab./km ²)
			Total	Urbana	Rural	
Distrito Federal		5.803,19	2.570.160	2.481.685	88.475	443
RA - I	Brasília	450,3929	208.666	208.617	49	463
RA - II	Gama	277,9940	136.063	125.260	10.803	489
RA - III	Taguatinga	81,0327	199.715	198.350	1.365	2.465
RA - IV	Brazlândia	479,8351	57.542	42.353	15.189	120
RA - V	Sobradinho	203,4165	60.209	57.870	2.339	296
RA - VI	Planaltina	1.534,4901	171.303	157.765	13.538	112
RA - VII	Paranoá	791,3236	43.870	38.971	4.899	55
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	4,1742	22.810	22.531	279	5.465
RA - IX	Ceilândia	238,6118	402.729	394.085	8.644	1.688
RA - X	Guará	30,8725	107.226	107.226	-	3.473
RA - XI	Cruzeiro	3,2384	31.379	31.379	-	9.690
RA - XII	Samambaia	99,47	199.533	197.485	2.048	2.006
RA - XIII	Santa Maria	214,80	118.782	117.629	1.153	553
RA - XIV	São Sebastião	358,09	87.283	76.707	10.576	244
RA - XV	Recanto das Emas	100,4072	122.279	121.482	797	1.218
RA - XVI	Lago Sul	184,6526	29.537	29.521	16	160
RA - XVII	Riacho Fundo	23,7064	35.545	33.927	1.618	1.499
RA - XVIII	Lago Norte	65,2373	32.903	32.610	293	504
RA - XIX	Candangolândia	6,6323	15.924	15.924	-	2.401
RA - XX	Águas Claras	22,7209	102.076	101.925	151	4.493
RA - XXI	Riacho Fundo II	31,4986	36.309	34.408	1.901	1.153
RA - XXII	Sudoeste/Octogonal	5,8738	49.696	49.696	-	8.461
RA - XXIII	Varjão	0,3425	8.724	8.724	-	25.471
RA - XXIV	Park Way	78,2665	20.955	18.137	2.818	268
RA - XXV	SCIA	7,1014	30.388	30.327	61	4.279
RA - XXVI	Sobradinho II	223,6479	89.733	82.959	6.774	401
RA - XXVII	Jardim Botânico	89,8202	23.124	22.579	545	257
RA - XXVIII	Itapoã	26,6925	51.501	50.191	1.310	1.929
RA - XXIX	SIA	27,2468	2.488	2.488	-	91
RA - XXX	Vicente Pires	22,2251	63.192	63.192	-	2.843
RA - XXXI	Fercal	119,3810	8.676	7.367	1.309	73

Fonte: IBGE e Codeplan

Sabendo disso, porque as pessoas ainda têm a impressão de que o Distrito Federal é formado somente por Brasília? Acontece que, a maior parte das relações sociais e financeiras estão em Brasília, o que faz com que as outras Regiões Administrativas acabem por vezes sendo esquecidas, em todos os aspectos.

Moradores das Regiões Administrativas que ficam distante do centro de Brasília, tendem a enfrentar muitas dificuldades. Portanto, busco através desse trabalho mostrar uma dificuldade enfrentada por caseiros da região em que moro, a Imobilidade Social, dentro desse grupo de trabalhadores.

Havia desde “a construção” até meados de 1965, uma política clara referente à destinação de vendas de moradia por parte da Novacap e governo do DF e esteve umbilicalmente ligada à ideia de uma capital voltada à governança federal, uma cidade monofuncional, habitada por políticos e funcionários públicos. Essa política acabou sendo um dos fios condutores para o crescimento massivo de ocupações irregulares entre 1957 e 1964, uma vez que apenas os funcionários do governo, admitindo os baixos escalões, tinham acesso à compra de moradia no Plano Piloto. (DIEGO DOS SANTOS; 2016,p.39)

Desde a concepção de Brasília, a ideia principal era a construção de um local elitista que pudesse promover, principalmente a ideia de uma capital desenvolvida que não demonstrasse a desigualdade social que se faz presente no Brasil. Portanto, a região conhecida como Plano Piloto foi desenvolvida de maneira que sua estrutura e planejamento fossem pensados para que pudessem transmitir a ideia de uma capital moderna e desenvolvida.

O contexto político do período da concepção e construção de Brasília foi de intenso debate político e de conseqüente movimentação no Brasil. Notadamente, o país vivia embalado pelo “nacional-desenvolvimentismo”, às inovações da indústria automobilística, à teoria modernista no urbanismo e na arquitetura, Brasília foi neste sentido, alvo de uma busca de parte da elite brasileira, por reunir em sua nova capital os atributos mais modernos mundialmente reconhecidos, ainda mais no raciocínio de JK que prometera fazer da construção de Brasília a meta-síntese de seu programa de governo que prometia fazer o Brasil avançar 50 anos em cinco.²

As primeiras movimentações acontecem ainda na 1º república, a partir de maio de 1892, com a expedição comandada por Luis Cruls, que teria demarcado o Quadrilátero Cruls, como ficou apelidado. Desde a constituinte de 1946, o debate voltará à tona, agora com alguma força, o suficiente para mover interesses por trás dos bastidores políticos. Dutra cria ainda neste ano a Comissão de estudo para a Localização da nova capital, refletindo um debate a respeito da tal localidade na qual havia a ideia, apoiada inclusive por JK, de se construir a nova capital no triângulo mineiro, ou mesmo em transferi-la para Goiânia como queria o próprio Dutra. A tal comissão, presidida pelo General Polli Coelho, decidiu pela região onde havia sido demarcado o Quadrilátero Cruls. Depois, Getúlio como presidente decretou a criação da CLNCF (Comissão de Localização da Nova Capital Federal) em 1951, reabrindo tal debate a respeito da localização. Após o suicídio de Vargas, Café Filho como sucessor, mesmo com outra orientação política, seguiu com os trabalhos em andamento. Após a escolha do sítio castanho, entre outros quatro elencados e denominados cada qual com uma cor pela companhia contratada (DIEGO DOS SANTOS; 2016,p.18)

Aqueles que construíram Brasília não tiveram ao menos a garantia de que possuiriam também moradia para si e para suas famílias, portanto há a necessidade

² https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16286/1/2016_DiegoMartinsDosSantos_tcc.pdf. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE BRASÍLIA COMO A CONSTRUÇÃO DA EXCLUSÃO Diego Martins dos Santo. UnB. HIS. 2016.

de entendermos que o Plano Piloto foi a idealização da capital, porém, o Distrito Federal é composto por aqueles que construíram Brasília.

Tal afirmação é com o intuito de mostrar que, quem faz parte do Distrito Federal não é morador de Brasília, é morador do Distrito Federal, pois, são regiões administrativas constituídas por grupos sociais diferentes, com culturas diferentes.

Sempre que se equiparar o Distrito Federal com Brasília, haverá uma falsa ideia de que todo o DF é desenvolvido, portanto é importante conseguirmos diferenciar as regiões, o Distrito Federal precisa de políticas que busquem melhorar a condição de vida de seus moradores.

O que nos interesse lembrar aqui é a infraestrutura urbana, desigual de nascença de Brasília. Quem construiu de fato a cidade, nela não tinha local para morar nem abrigar sua família, em contraste com os burocratas vindos do Rio de Janeiro que, sem mover uma palha, tinham direitos de moradia garantidos. Poderíamos até mesmo falar que os Candangos foram alienados de sua obra. (DIEGO DOS SANTOS; 2016, p.25)

CAPÍTULO III

3- A TRAJETÓRIA DE UM TRABALHADOR RURAL DO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMMONT

E. A. S. (Conforme solicitação do entrevistado, não foi exposto seu nome completo) natural de Remanso, Bahia, relata uma história marcada por desafios e superação. Nascido em 1981, ele cresceu em um contexto de trabalho rural, com pais analfabetos e dedicados à lida no campo. Sua infância foi moldada pela necessidade de ajudar a família desde os oito anos de idade, trabalhando na roça ao lado de seu pai. Apesar de gostar de estudar e ser um aluno dedicado, as dificuldades financeiras obrigaram Edmilson a abandonar a escola e iniciar o trabalho formal aos 15 anos.

A trajetória de vida do Edmilson

“A profissão do meu pai sempre foi trabalhador rural, vaqueiro, né? Trabalhando na área rural. Vaqueiro, lidando com gado, na lida de área rural.

Aí ele veio pra Brasília... trabalhando na área rural, e aí, como todo nordestino, em busca de um, como se diz, em busca de algo maior, de uma vida melhor. Como nós somos três irmãos, nós somos três, eu sou o mais velho dos três, então a gente decidiu com a minha mãe vir para Brasília. Isso no ano de 1995.

Como meus pais são analfabetos, os dois são analfabetos. Então, ele vem trabalhar na área de construção civil, né? Construção civil.

Aí, depois ele foi, a gente conseguiu rumar uma chácara na área rural, aqui no Santos Dumont 2.. Aí, como eu sou o mais velho dos três, e as condições do meu pai era muito pouca, né, porque na área rural o pessoal ganha só o salário mínimo, né, e meu pai não tinha como formar, nós três, né, não tinha como manter a casa, e nós cinco pessoas numa casa, não tinha como manter. Aí eu decidi começar a trabalhar muito novo, tinha 15 anos de idade. Desde os 8 anos de idade que eu trabalhava. Eu ia pra escola, Mas quando eu voltava da escola, eu ajudava meu pai na roça, para ele tirar leite com 8 anos de idade, capinar, cortar capim para tratar do gado, de tudo. Eu comecei muito novo. Eu não tive infância, na verdade. Sempre na área rural, muito difícil, eu tinha que ajudar meus pais.”

“Olha, minha mãe sempre trabalhava lá, ela mesma trabalhava de tudo ajudando meu pai, né? Trabalhava cortando de machado, capinando, mexendo com galho também, né? Todo mundo lá trabalhava, lá na área rural. Era todo mundo trabalhando assim, né? E era pra uma pessoa... meu pai, mas ela trabalhava mais de todo mundo, né? Então, assim, os patrões também, às vezes, Hoje nem tanto, porque a lei já bate em cima disso, mas tem muito trabalho escravo ainda também, viu? Só aproveita, só aproveita. Lá só era o meu pai que trabalhava, mas até então ele aproveitava de, no caso, eu e minha mãe, de mais dois. Só pagava o meu pai, né?”

A trajetória de Edmilson retrata as dificuldades enfrentadas por trabalhadores rurais. Desde cedo, Edmilson assumiu responsabilidades na roça, começando a trabalhar aos oito anos de idade para ajudar os pais, ambos analfabetos. A mãe, além de suas tarefas domésticas, desempenhava múltiplas funções na área rural, muitas vezes sem reconhecimento ou remuneração adequada. O relato destaca a exploração enfrentada pela família, com patrões que se aproveitavam do trabalho coletivo de Edmilson, sua mãe e seu pai, remunerando apenas este último. A precariedade das condições de trabalho no campo e a busca por sobrevivência demonstram a persistência da imobilidade social em contextos rurais.

“Isso, isso aí, como meu pai na área civil, assim, até precisa um pouco de estudo, eu ainda fui para a granja, o Santos Dumont II, né? Fui para a granja, onde eu fiquei 15 anos de idade, faltei os estudos, porque não tinha... meu pai ganhava pouco, continuamos ganhando um pouco, nós somos três irmãos, e eu tinha vontade de... de ser um policial, um bombeiro, sabe? Melhorar, mas assim, o meu pai não tinha condições de manter nós três na escola. E aí foi onde eu decidi trabalhar, fichado com 15 anos de idade e parei os estudos, entendeu? Parei os estudos e ali trabalhava eu e o meu pai, né? E eu ajudava os meus irmãos, comprava materiais, escolar, ajudava dentro de casa. Entendeu?”

Rapaz, lá era uma dificuldade. É igual aqui na área rural. Lá eu tinha que locomover seis quilômetros, andar de jumentos. Lá em Remanso da Bahia. saía de casa cedo. Eu comia ali, uns caldadinhos de leite, não sei se você sabe como é que é. Você pega uma farinha, bota na cuia, come um pouquinho de açúcar, você tira o leite ali dentro da cuia e come ali. Aí você cela o jumento, né? Você cela o jumento e ia pra escola. Chegava atrasado, né? Chegava atrasado e eles não queriam saber, né? Não deixava entrar não, eu voltava, rapaz. Chorando, porque eu gostava de estudar, eu era estudioso.

É tanto que eu fiz a quarta série, eu fiz a terceira, ia passar pra quarta, eu saí da escola. Mas eu nunca, repetia não.”

Edmilson relata as dificuldades enfrentadas em sua trajetória, destacando como as condições financeiras da família o levaram a abandonar os estudos aos 15 anos para trabalhar e ajudar em casa. Mesmo com o desejo de ser policial ou bombeiro, a necessidade de contribuir para o sustento familiar foi prioridade. Desde cedo, ele enfrentava desafios como locomover-se por longas distâncias em um jumento para ir à escola, onde, apesar de ser um aluno dedicado, acabou deixando os estudos devido às dificuldades.

A vida de Edmilson no Santos Dumont

Ao chegar no Santos Dumont I, Edmilson continuou trabalhando na área rural, onde permaneceu por oito anos, enfrentando dificuldades diárias. Trabalhando em uma chácara, ele realizava diversas funções, desde jardinagem e cuidados com animais até entregas de adubos em Brasília. As condições de trabalho eram precárias, pois a falta de asfalto e transporte público dificultavam a locomoção, com estradas esburacadas, lama na época de chuvas e poeira durante a seca.

Edmilson relata que o sofrimento dos trabalhadores rurais é grande, devido à falta de infraestrutura e de políticas públicas que atendam às necessidades dessa população. Mesmo ganhando pouco, quem consegue adquirir um carro ainda enfrenta gastos elevados com manutenção e combustível. Quem não tem, precisa recorrer à bicicleta ou enfrentar grandes dificuldades para se deslocar. O relato mostra como a realidade no campo exige esforço constante, mas também revela a resistência e a luta de Edmilson para manter sua vida e família, mesmo diante de tantos desafios.

“Sim, aí eu trabalhei na granja, trabalhei fichado. Sete anos, né? Com meu pai, na mesma empresa que nós trabalhamos, né? E consegui formar meus dois irmãos, que era um sonho meu, como eu não ia conseguir, mas consegui formar os dois. meus dois irmãos, e aí com 22 anos eu casei, né? Casei, aí eu saí da casa dos meus pais, mas sempre trabalhando na área rural, né? Então, aí, nessa trajetória aí, trabalhei na área da agricultura, né? É mexer com suíno cultura também, né? É de fazenda com trator, né? Mexer com trator, tudo que é de fazenda, né? Eu já trabalhei, né? Já tirei leite, mexi de tira leite, vaqueiro, essas coisas e eu cheguei no Santos Dumont aí, no Santos Dumont um Foi através de... Eu não sei se eu vi um anúncio no jornal ou foi algum conhecido que me falou, né? Que me falou... Eu acho que foi... Não sei se eu me recordo bem. Tem uns oito anos, então acho que foi por volta de dois mil e dezessete, eu acho. Foi dois mil e dezesseis. Então, aí eu tive três filhos também, né? Aí teve um desentendimento, mas separou, eu fui aí pro Santos Dumont só, né? Aí eu comecei a trabalhar aí, só depois eu arrumei uma mulher, hoje a minha esposa atual, né? Somos casados, né? Somos casados, e aí eu morava aí com ela, né? Com minha esposa. Eu trabalhei lá oito anos, rapaz. Aí, minha esposa também trabalhava fora, no plano piloto. A dificuldade grande demais, porque como aí não tem asfalto, não tem ônibus, estrada ruim. Quando tá chovendo, é lama demais, né? Quando, na época da seca, é poeira. Então, nós trabalhadores rurais sofremos demais. Lá, na chácara, nós trabalhávamos com tudo. Lá o forte mesmo era jardinagem, era produto para jardinagem, era mexendo com adubo, terra preta, adubos lá, mexia com adubos. Lá nós fazíamos de tudo. Lá nós tratávamos do porco, tratávamos de galinha. Não tinha um trabalhador específico que fazia só

uma coisa, a gente fazia de tudo lá. Eu fazia entrega também. Eu e os outros meninos fazíamos entrega, assim como eu, para entregar os adubos nas casas de revenda em Brasília, né? Às vezes tinha três casados, né? Dois solteiros, às vezes três solteiros, mas a maioria tinha esposa e filhos. Rapaz. Olha, eu acho que... os governantes, as autoridades do governo tinham que olhar muito bem para a área rural, porque a gente da área rural sofre demais, porque a gente não tem uma segurança, não tem uma segurança adequada, não tem estrada, as estradas tudo esburacada, às vezes não tem transporte, entendeu? E quem consegue comprar um carrinho. Ainda tá bom, mesmo gastando muito com a suspensão, né, mandando arrumar, e gastando com combustível já ganha pouco, mas ainda consegue levar. E se não tem, vai de bicicleta. Então é muito sofrimento pra gente da área rural”

Edmilson não conseguiu completar os estudos

Edmilson fala sobre a dificuldade que os moradores da zona rural enfrentam para acessar a educação, principalmente pela falta de infraestrutura e apoio do governo. Mesmo com o sonho de ser policial ou bombeiro, ele não conseguiu concluir os estudos devido à distância das escolas, estradas ruins e a falta de transporte. Ele acredita que, se houvesse uma escola mais próxima ou um transporte que pegasse os estudantes à noite, isso teria mudado sua trajetória.

“O pessoal, fecha os olhos para o pessoal da área rural, porque a gente, se tivesse uma escola que conseguisse alfabetizar aquelas pessoas que trabalham o dia todo, se tivesse um ônibus para pegar a gente, no caso oito horas da noite, se tivesse uma escola para ir, aí recolhesse o pessoal para levar para casa um ônibus à noite, às doze horas da noite, até o governo contribuísse um pouco para ajudar. Até na renda da gente, estudante, seria bom. Eu tenho o sonho de ser um policial, que eu admiro muito, bombeiro militar. Não consegui por falta de ajuda de governantes mesmo.”

“Olha, aí a gente ia ou a pé pro Vale, que é muito perigoso, né? O Vale do Amanhecer é muito perigoso ali. Aí tem muita dificuldade, estrada de chão, estrada muito ruim. Ou seja, a pé, chegava atrasado, né? E vinha aí tarde da noite a pé. De carro, aqueles que conseguem comprar, como é que dá conta de manter de gasolina, né? Então, se os governantes colocassem, por exemplo, um ônibus, ou um colégio mais próximo, ou uma ajuda para quem estudasse, para quem estivesse estudando, uma ajuda financeira para a pessoa incentivar, o incentivo mesmo, sabe? Não, e fazia toda a diferença. Se tivesse uma escola próxima, nem fala uma escola assim, se tivesse um transporte, se tivesse um transporte que pegasse o pessoal à noite, no caso umas sete e meia, oito horas da noite, levasse pra escola e trouxesse esse pessoal quando acabasse a aula, e se os governantes dessem uma ajuda financeira mesmo, um incentivo, igual tu fala um incentivo, né? pra pessoa... um dinheirinho a mais pra pessoa falar, opa, se eu não estudar, eu ganho pouco. Eu não ganho. Se eu for estudar, além de estar realizando meu sonho, que é me alfabetizar e tal, fazer um curso, eu tô ganhando um dinheirinho. Aí eu tinha conseguido, eu tinha, porque eu gostava de estudar.

Nossa, você não sabe como me faz falta, porque... Hoje em dia, o mundo está moderno, né? Tudo, internet, tudo. Às vezes a gente não dá conta de fazer tudo que eu falo, “Meu Deus, eu queria ter estudado”, mas não fiz isso mais por falta de ajuda mesmo do governo, da educação que é pouco no Brasil”.

A vontade de produzir na sua própria terra

Edmilson sempre teve o sonho de produzir na sua própria terra. Desde pequeno, trabalhou na roça e aprendeu a lidar com tudo que a terra oferece. Mesmo com todas as dificuldades, como a falta de recursos e apoio, ele conseguiu arrendar uma chácara, onde plantava milho e criava gado. Edmilson acredita que, se tivesse acesso a um pedaço de terra, poderia fazer muito mais, ajudar no crescimento do país e colocar mais alimento na mesa do povo. Ele fala que o Brasil tem muita terra, mas ela está parada, e que se o governo ajudasse, distribuindo a terra de forma justa, ele poderia viver de seu trabalho sem enfrentar tantos desafios.

“A gente trabalhou com os outros, sempre na área rural, sempre. Porque a gente, na área rural, a gente sempre trabalha e mora na propriedade, né? Já tem uma casa. E sempre foi isso. Meu pai sempre morava na roça, e meu pai teve um acidente e veio amputar uma perna, aí eles foram obrigados a vir para a cidade. Só que eles choravam muito, porque eles não se adaptavam na cidade, porque não gostam, e queriam voltar na área rural. Então, eu trabalhei pedindo a Deus, consegui arrendar uma chácara. Consegui arrendar uma chácara, onde hoje eu levei meus pais para cuidar deles, para morar comigo, e aí eu consegui comprar um gadinho, plantando um milho, sempre na área rural também.”

“Sim, rapaz. É meu sonho, sabe? Meu sonho, porque... Olha, é porque assim, eu tô com 43 anos, né? A minha vida toda foi contribuindo, né? Contribuindo, trabalhando desde os 15 anos, pagando meus impostos certinho, sempre trabalhando na roça, né? Eu aprendi, eu sei mexer com tudo na roça. Se você... Se eu tivesse um cantinho... Porque assim, o Brasil tem muita terra, tem muita terra, entendeu? Tem muita terra. Só que... É muita terra que eles não usam. Eles não usam. Os governantes daquela terra parada lá, se eles pegassem e falassem assim, no meu caso, estamos aqui em 2 hectares. Antônio, 2 hectares ali. Vocês vão trabalhar nessa terra aí? Eu não queria de graça. Eu queria pagar por isso. Mas o que eu devia pagar uma taxa? É por ano, né? Eu ia produzir muito bem, ia contribuir com o Brasil, o Brasil crescer, ia ter mais alimento na mesa do brasileiro, do mundo, na verdade, né? O Brasil seria melhor, o mundo seria melhor. Olha só, eu tenho muita vontade, eu tenho muita vontade, sabe?”

Quando questionado sobre os movimentos sociais em Planaltina-DF, Edmilson fala sobre a vontade de lutar por um pedaço de terra, mas também o medo de sofrer com a repressão. Edmilson relata que, embora não participe diretamente de movimentos sociais, observa a repressão enfrentada por aqueles que buscam

direitos para os trabalhadores rurais. Ele comenta que, ao lutar por terra, essas pessoas são tratadas como criminosas: “Os que buscam terra são vistos como bandidos, seus barracos são derrubados e até apanham.” Depois de muitos anos trabalhando para os proprietários de terra, Edmilson sente dificuldade em se posicionar contra eles. A convivência ao longo do tempo cria um vínculo que o torna hesitante em entrar em confronto direto. Esse vínculo, somado à repressão vivida por outros, reforça a imobilidade social, mantendo o ciclo de exclusão e a perpetuação das desigualdades no campo.

“Já sei, sim, sei, tem ali próximo a 020, né? Tem uns ali na rota do cavalo. Já me deu vontade, sim, de ir. Só que eu tenho muito medo, sabe? Porque o pessoal, às vezes, maltrata, chega derrubando os barracos, bate às vezes, né? Trata, às vezes, a gente como bandido, né? Como um criminoso, na verdade. Eu acho que a gente deveria fazer isso Uma forma diferente, que a gente tá ali lutando pelo pedaço de terra, que a gente não tem condição de comprar. A gente não tem condição de comprar. E assim, estamos ali lutando por isso. Se o governo pegar e distribuir bem distribuídinho a terra que tem, as coisas, a gente não passar por uma humilhação dessa, né? Estar sofrendo, apanhando às vezes, bater chuva aí com o filho da gente molhando, as coisas da gente molhando, entendeu?”

A realidade dos companheiros de trabalho

Edmilson fala sobre os companheiros de trabalho, muitos analfabetos, que não sabiam nem assinar o nome, e como isso os fazia se sentir humilhados. Ele destaca que, embora soubesse ler e escrever, via o quanto a educação é mal distribuída no Brasil, principalmente no campo. Ele critica a falta de condições para a educação e o trabalho, onde as pessoas da área rural, além de serem mal vistas, enfrentam dificuldades como transporte escolar ruim e salários baixos. Portanto, através do acesso a uma educação do campo que dialogasse com sua realidade, provavelmente, não só a realidade de Edmilson, como a de outros trabalhadores rurais poderiam ter outros desfechos, assim como, o caso da Dr^a. Elizana Monteiro.

“Eu converso, né? Converso, conversava com eles, meus companheiros lá. Tinha uns analfabetos de tudo. Eu, pelo menos, conseguia ainda ler e escrever. Tinha um lá que não sabia nada, coitado. A gente assinava as coisas pra ele, ele assinava no dedo. Às vezes, ele falava pra mim, ó, isso aqui é humilhante. É humilhação. Eu não sabia nem assinar o meu nome”

“Esse pessoal aí. Até hoje, é o que eu falo. Hoje, o Brasil tem muito dinheiro e tudo, só que é um dinheiro muito mal distribuído. E hoje, nós estamos em 2024, você vê aí, que as escolas sofrem muito, professores e tudo, entendeu? Ganha pouco, principalmente o pessoal da área rural, que é o mais atingido, sabe? É ônibus que quebram, chega atrasado no serviço, na escola, o pessoal não quer que entra. O pessoal dessa área rural é muito sofrido, é muito mal visto”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imobilidade social, característica presente desde as sociedades antigas, continua a ser um desafio no Brasil contemporâneo, especialmente nas áreas rurais. As desigualdades históricas e estruturais, perpetuadas pela falta de acesso à educação, transporte, e políticas públicas adequadas, mantêm a exclusão social de milhares de trabalhadores rurais. O estudo de caso sobre os trabalhadores rurais no Núcleo Rural Santos Dumont, exemplificado pela trajetória de Edmilson, revela como a falta de acesso a oportunidades de ascensão social, como educação de qualidade e acesso à terra, mantêm esses indivíduos em um ciclo de desigualdade.

A análise mostrou que, apesar das dificuldades enfrentadas, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária passa pela educação. A educação no campo, representada por iniciativas como a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), surge como um instrumento fundamental para a promoção da mobilidade social. Através dessa formação, trabalhadores rurais têm a oportunidade de transformar suas vidas e contribuir para a melhoria de suas comunidades. As histórias de superação de Elizana Monteiro e Wanderleia dos Santos Rosa demonstram como a educação pode ser um divisor de águas para a ascensão social no meio rural, proporcionando a inserção de indivíduos em espaços de liderança e desenvolvimento.

Por fim, é essencial que as políticas públicas invistam cada vez mais na educação no campo, como uma ferramenta que possibilita não apenas o rompimento da imobilidade social, mas também a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERIOLI, Paulo R. (Org) **Por Uma Educação Do Campo**. Editora Vozes, 2011

PASQUETTI, Luis Antonio. **Experiências de Mobilidade Social de Egressos da LEDOC: Superando a Imobilidade Imposta Socialmente**. Ensaios e Trabalhos em Comemoração aos 15 Anos da LEDOC, Editora da Universidade de Brasília, Edital Fup, I/2023

ROSA, Wanderléia dos Santos. **Rezas, Rezadeiras e Juventudes na Comunidade Vão das Almas, Cavalcante GO**. TCC LEDOC - FUP - .Universidade de Brasília, Brasília, 2037.

SANTOS, Diego Martins dos. **A História da Formação de Brasília Como a Construção da Exclusão**. Monografia (Licenciado e Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História. Universidade de Brasília. Brasília, 2016

SANTOS, Elizana Monteiro dos. **Trabalho coletivo, interdisciplinaridade e auto organização dos educandos: contribuições da LEDOC para práticas educativas contra hegemônicas na experiência do ProJovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

World Economic Forum. **The Global Social Mobility Report**. 2020. ISBN:13: 978-2-940631-05-6